

# Superior Tribunal de Justiça

**EDcl no AgInt no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.385.793 - RJ  
(2018/0280667-3)**

**RELATOR : MINISTRO GURGEL DE FARIA**  
**EMBARGANTE : ASSOCIACAO NACIONAL DOS CONTRIBUINTES DE**  
**TRIBUTOS**  
**ADVOGADO : GERMANO CESAR DE OLIVEIRA CARDOSO - DF028493**  
**EMBARGADO : FAZENDA NACIONAL**

## DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos pela Associação Nacional dos Contribuintes de Tributos contra decisão que, ao julgar o agravo interno, reconsiderou a decisão agravada para não conhecer do recurso especial da embargante em razão do fundamento exclusivamente constitucional do acórdão regional.

A parte embargante alega que a decisão embargada é *extra petita* na medida em que não há, no agravo interno da Fazenda Nacional, pedido para que a decisão seja reconsiderada para não conhecer do recurso especial por se tratar de matéria eminentemente constitucional ou, ainda, por aplicação da Súmula 7 do STJ.

Segundo entende "[...] não poderia o Ministro Relator, utilizar como fundamento para reconsiderar o r. *decisum*, matéria nova, que, inclusive, não foi suscitada no recurso de agravo interno da Fazenda Nacional, consectário lógico, não foi rebatida nas contrarrazões da embargante" (e-STJ fl. 1.598).

Alega que a decisão foi omissa quanto às preliminares de não conhecimento do agravo interno da Fazenda Nacional suscitadas nas contrarrazões, quais sejam: "falta de impugnação específica, aplicação da Súmula 211 e 7 deste C. STJ e improcedência do recurso contrário as Súmulas 629 e 630 do Excelso STF" (e-STJ fl. 1.603).

Além disso, afirma que a decisão foi omissa em relação aos precedentes invocados nas contrarrazões do agravo interno, segundo os quais foi declarada a desnecessidade da lista de filiados para demonstrar o interesse processual das partes, não se tratando, assim, de matéria eminentemente constitucional, nem de aplicação da Súmula 7 do STJ.

Por fim, alega que a decisão embargada apresenta contradição, pois não conhece do recurso especial em razão do fundamento constitucional do acórdão regional, enquanto que o Tribunal de origem também utilizou como fundamento, de modo expreso, o art. 21 da Lei 12.016/2009.

Sem contraminuta.

Passo a decidir.

Após nova análise processual, provocada pela oposição dos embargos declaratórios, observo não haver vício de integração a ser sanado.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Quanto à alegada omissão acerca das preliminares de não conhecimento do agravo interno, importante esclarecer que a "Corte Especial consolidou o entendimento de que o STJ pode realizar o juízo de admissibilidade de forma implícita, de modo que o exame do mérito recursal já traduz o entendimento de que foram atendidos os requisitos extrínsecos e intrínsecos de sua admissibilidade, inexistindo necessidade de pronunciamento explícito pelo julgador a esse respeito" (EDcl no REsp 1.790.074/SP, Rel. Ministra Nancy Andrighi, Terceira Turma, julgado em 10/9/2019, DJe 12/9/2019).

Assim, é desnecessária a manifestação expressa sobre cada um dos óbices ao conhecimento do agravo interno suscitados pela parte agravada, considerando que o provimento do recurso demonstra implicitamente a superação do juízo de admissibilidade, como com a impugnação específica aos fundamentos da decisão agravada nos termos do art. 1.021, § 1º, do CPC/2015.

Ademais, não cabe a alegação de omissão em relação aos precedentes indicados nas contrarrazões ao agravo interno sobre a matéria discutida no recurso especial – desnecessidade da lista de filiados para que seja demonstrado o interesse processual e a legitimidade das partes –, visto que a decisão embargada não conheceu do recurso especial em razão do fundamento eminentemente constitucional do acórdão regional, não adentrando, portanto, no mérito da demanda.

O vício de contradição só se caracteriza quando a conclusão da decisão judicial não guardar correlação com a fundamentação utilizada para lhe dar respaldo ou nela houver fundamentos não compatíveis entre si. Esse não é o caso, visto que a decisão embargada foi coerente ao não conhecer do recurso especial em razão do fundamento eminentemente constitucional do acórdão regional recorrido.

O Tribunal regional, ao manter a sentença de extinção do processo, concluiu pela ausência de interesse processual do autor em razão da não comprovação de que a associação está atuando na defesa dos interesses de seus membros ou associados nos termos previstos no art. 5º, inciso LXX, alínea "b", da Constituição Federal.

Assim, apesar de haver menção ao art. 21 da Lei n. 12.016/2009, a análise do recurso especial implicaria necessariamente na reapreciação da matéria constitucional por esta Corte, o que é inviável sob pena de usurpação da competência reservada ao Supremo Tribunal Federal.

Já em relação às demais alegações, fica nítida a intenção da parte embargante na simples reforma da decisão embargada, o que incompatível com a natureza integrativa dos embargos de declaração.

"Não se revelam admissíveis os embargos de declaração, quando a parte recorrente – a pretexto de esclarecer uma inexistente situação de obscuridade, omissão ou contradição – vem a utilizá-los com o objetivo de infringir o julgado e de, assim, viabilizar um indevido reexame da causa" (STF, RE 589.513 ED-EDv-AgR-ED, Relator Min. Celso de Mello, Tribunal Pleno, DJe-072).

# *Superior Tribunal de Justiça*

Ante o exposto, REJEITO os embargos de declaração.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 04 de outubro de 2019.

MINISTRO GURGEL DE FARIA

Relator

